

Atraso no pagamento de precatórios vira denúncia à Comissão de Direitos Humanos (OEA)

Tendo em vista que o Gouvêa Advocacia e Estratégia, o GAE, é referência em ações envolvendo precatórios, ao tomar conhecimento do andamento da denúncia, se adiantou e levantou os dados mais relevantes sobre esse caso.

Foi apurado que o atraso da Justiça brasileira no pagamento de precatórios e o medo de não ter seus direitos respeitados, levou um grupo de 1.378 pessoas do Município de Santo André, em SP, a entrar com uma reclamação à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Das denúncias oferecidas, já houve admissão pela comissão de direitos humanos de ao menos 3 casos e ainda existem outros 2 casos, 1 no Estado do Rio de Janeiro e outro no Estado do Rio Grande do Sul, sob análise.



CIDH
Comisión Interamericana
de Derechos Humanos

"Existe violação aos direitos humanos porque não há garantia de cumprimento dessas decisões judiciais. As pessoas são privadas de seus créditos pelo tempo. Muitas já morreram sem receber"

(Fernando Stábile, advogado responsável pela denúncia do grupo de Santo André)

O mérito das denúncias ainda não foi analisado, mas a condenação do Brasil coloca uma mancha em sua credibilidade. Além de receber uma recomendação para alterações na lei vigente, ainda ficaria conhecido por não respeitar os direitos humanos de seus cidadãos, ponto de alerta negativo e preocupante para futuras relações comerciais com empresários e investidores estrangeiros, afinal, quem escolheria colocar seu dinheiro em um país que viola os direitos humanos?

O GAE busca estar sempre à frente da comunidade jurídica, com taxa de êxito de 90% em suas ações e tendo o respeito aos direitos de seus clientes como sua prioridade nº1 e já identificou a possibilidade de acelerar o processo de expedição de precatórios para todas as ações nas quais atua.